



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638551 - RS (2021/0001135-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RAFAEL GUERREIRO NORONHA
ADVOGADO : RAFAEL GUERREIRO NORONHA - RS091165
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : KAUE ABEL MACHADO (PRESO)
CORRÉU : ABSON COSTA MUNIZ
CORRÉU : FABIOLA MACIEL PADILHA
CORRÉU : MARCELO ABEL
CORRÉU : SOLANGE ABEL
CORRÉU : SUELEN DA SILVA RODRIGUES
CORRÉU : VINICIUS COSTA PAIVA
CORRÉU : VIVIANE MAGALHAES PAIVA
CORRÉU : CRISTIAN MAURICIO PALMEIRO OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAUE ABEL MACHADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 2020/2.202.051-3).

O paciente cumpria pena pelo crime de tráfico de drogas em regime semiaberto, mediante o uso de tornozeleira eletrônica, e foi regredido ao regime fechado, com a prisão decretada, após as tentativas de contato infrutíferas, diante da ausência de sinal do dispositivo utilizado pelo apenado, que permaneceu foragido.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida pelo desembargador relator.

O impetrante sustenta afronta à Súmula n. 533 do STJ já que seria necessário o prévio processo administrativo disciplinar para a regressão operada, bem como a perícia na tornozeleira do apenado.

Assevera que o paciente estaria acometido pelo coronavírus, de forma que lhe deveria ser garantida a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento do cumprimento da pena em regime semiaberto, mediante o uso de tornozeleira eletrônica, ou a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, considerando que os motivos utilizados pelo relator para indeferir o pleito liminar mostram-se concretos e pautados nas particularidades do caso (fl.400).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente